

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no AgInt no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1252716 - RJ (2018/0040995-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
EMBARGANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : SOLON MENDES DA SILVA E OUTRO(S) - RS032356
MARIO CEZAR DE ALMEIDA ROSA E OUTRO(S) - DF027904
RAFAEL DE AMORIM SIQUEIRA - RJ130888
GLAUCIO CEZAR SILVA MOLINO - RJ159764
SANDRA DE SOUSA PADILHA CEBOLA - RJ166289
CHRISTIANO DE JESUS LOURES DE PAIVA - RJ165053
BEATRIZ LEUBA LOURENÇO - RJ136410
EMBARGADO : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR E CONTRIBUINTE- ANDECC
ADVOGADOS : ROGÉRIO TABET DE ALMEIDA - RJ097180
JULIO CEZAR MOREIRA - RJ125587

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DO RECURSO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração poderão ser opostos com a finalidade de eliminar da decisão qualquer erro material, obscuridade, contradição ou suprir omissão sobre ponto acerca do qual se impunha pronunciamento, o que não é o caso dos autos.
2. Deve-se interpretar o comando do art. 1.021, § 3º, do CPC/2015 em conjunto com a regra do art. 489, § 1º, IV, do mesmo diploma. Na hipótese em que a parte insiste na mesma tese, repisando as mesmas alegações já apresentadas em recurso anterior sem trazer nenhum argumento novo - ou caso se limite a suscitar fundamentos insuficientes para abalar as razões de decidir já explicitadas pelo julgador - não se vislumbra nulidade quanto à reprodução, nos fundamentos do acórdão do agrado interno, dos mesmos temas já postos na decisão monocrática.
3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator